



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 38/2024

Maceió, 15 de abril de 2024

Asssembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 790/2024
Data: 17/04/2024 - Horário: 12:07
Legislativo

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 122/2023 que “*Dispõe sobre Programa de Proteção à Polícia Civil, Policial Militar e Policial Penal Gestante, e dá outras providências.*”, pelas razões adiante aduzidas.

Razões do veto:

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, e embora muito louvável a matéria disposta no Projeto de Lei nº 122/2023, sua sanção não se apresenta possível, como se observará pelas razões adiante descritas.

Nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, se o Governador do Estado considerar o Projeto de Lei aprovado pelo Poder Legislativo Estadual, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo, total ou parcialmente.

A proposta em questão viola o disposto na alínea *c* do inciso II do § 1º do art. 86 da Constituição de Alagoas, o qual contém disposições que interferem na organização dos servidores públicos do Estado, seu regime jurídico único, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade, fazendo com que, sob o ângulo formal, possua vício subjetivo de iniciativa, pois foi deflagrado por quem não dispõe de competência constitucional para exercê-la.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar totalmente o Projeto de Lei nº 122/2023, por **inconstitucionalidade formal**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS
Governador

Excelentíssimo Senhor

Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS

Presidente da Assembleia Legislativa Estadual

NESTA